

OS MÚLTIPLOS ASPECTOS DO TRABALHO SOCIAL PROCEDENTE DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

Murilo Cardoso Oliveira¹

Douglas Vaz²

RESUMO

Este artigo propõe através de pesquisa científica e bibliográfica discorrer sobre o tema central: grupos de convivência de idosos e o trabalho social profissional envolvido neste processo. Apresenta-se de início a trajetória dos direitos sociais dos idosos dentro da Política Nacional de Assistência Social brasileira, fazendo uma junção das principais legislações com o aparato histórico que permeou os anos oitenta até os dias atuais. Após focar-se na história brasileira dos direitos sociais dos idosos, este trabalho técnico visa trazer reflexão e análise sobre os benefícios biopsicossociais advindos de grupos de idosos que são determinantes e evidentes na convivência entre seus membros e também debater sobre o viés sócio ocupacional. Trata-se de uma pesquisa com metodologia qualitativa que procura na literatura elencar autores que agreguem ao tema central. Concerne também em uma dissertação sobre um relato de experiência do autor, que acompanhou sete grupos de idosos desde outubro de 2022 até os dias atuais, no cargo de Orientador/Educador Social realizando atividades, convivendo e participando ativamente do processo de trabalho. As considerações finais tem como âmago conscientizar sobre a importância do fazer profissional e também da relevância do contato diário e frequente entre indivíduos idosos que muitas vezes sofrem com o isolamento social, o desamparo e a falta de acessos à direitos.

Palavras-chave: grupos; convivência; conscientizar; direitos sociais.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2022, segundo o censo do IBGE, o público idoso era de 10,9% do total da população (o que seria aproximadamente 22.169.101 de pessoas). Este número aponta para um futuro com mais pessoas alcançando a velhice no país comparado à décadas passadas. Sendo esta informação importante, a longo prazo, novas formas de atendimento das demandas e aperfeiçoamento dos serviços já existentes se farão necessárias e isso é justamente o que esta monografia procura difundir através deste saber.

Levando em consideração esta necessidade vindoura, em contrapartida, percebe-se uma abundante falta de investimento em serviços assistenciais como um todo. Este dado preocupante demonstra uma falta de visão de futuro e de iniciativa do poder público para com este segmento. Infelizmente o estado não provê o mesmo nível de atenção ao trabalho social assim como faz na saúde e na educação por exemplo. O processo laboral realizado nos SCFV é de suma importância e serve como prevenção de agravamento de doenças e de quadros de mortalidade. Pesquisas apontam que o isolamento social é um dos maiores problemas da terceira idade, alguns idosos sofrem por não possuírem mais rede de amigos e estarem em completa solidão involuntária.

Pensando em benefícios, discorre-se também falar sobre o quão importante é o acréscimo da Educação Física dentro dos grupos e também as ações de profissionais como o assistente social, psicólogo e o orientador Social na formação de uma camada preventiva de riscos e doenças específicas desta faixa etária. Em conhecimento disto, percebe-se que existem distintas

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado (a) na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação do(a) Prof. Douglas Vaz. E-mail: murilo.202110591@unilasalle.edu.br

² Docente da área de Educação e Cultura na Universidade La Salle. Mestre/doutor(a) em Educação. E-mail: douglas.vaz@unilasalle.edu.br

adversidades no mundo contemporâneo que influenciam no exílio e na solidão e também impedem as pessoas de conviver. Os encontros grupais de idosos se fazem necessários devido a diversos problemas sociais existentes, que vão além do cotidiano e fazem parte de um sistema pré-existente. O profissional responsável historicamente pela conexão entre seres humanos e seus direitos sociais é o assistente social, que mediante sua formação superior busca lutar contra o isolamento e outros diversos fatores de risco. Este habilitado especialista trabalha a favor da socialização e proteção destes indivíduos em combate às raízes e expressões da questão social.

2 METODOLOGIA

A presente obra demonstra uma pesquisa do tipo bibliográfica, juntamente de um relato de experiência do autor, fazendo relação entre um acervo de escritores e artigos acadêmicos. Esses conteúdos dissertam sobre o envelhecimento, as políticas do idoso e o trabalho social, relacionando-os com a experiência prática da vivência em grupos obtida. A metodologia escolhida foi a do estudo qualitativo alicerçado em literaturas sobre gerontologia, Serviço Social e de matérias conectadas a outras diversas referências complementares ao tema.

A pesquisa qualitativa é um método muito utilizado na busca pela compreensão da informação de forma complexa e detalhada, fazendo parte do funcionamento de encaixamento de ideias, sendo vista assim como um:

Campo fértil das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa centraliza-se na linguagem e, por assim dizer, tudo que é dito, é dito para alguém em algum lugar, de algum lugar ou para algum lugar. O desafio para o(a) pesquisador(a) repousa na obtenção de interpretações plausíveis no universo de narrações. (SOUSA, J. R. de; SANTOS ; S. C. M. ; 2020, p. 1397)

Para melhor compreensão dos dados, na tentativa de aproximar o leitor com a pesquisa, tem-se por intervenção final a discussão de dados amparada no Relato de Experiência do autor. Em consonância com o pensamento de Mussi et al (2021, p. 63), esse instrumento é considerado como “[...] expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas”. Seguindo essa linha, este estudo busca contar sobre o empirismo experimental em situações de grupos de idosos. Os autores citados descrevem em sua obra a ênfase na importância da discussão sobre o conhecimento, de modo que “[...] o conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e às aprendizagens advindas das experiências socioculturais” (MUSSI et al, 2021, p. 63). Percebe-se então que esses tópicos quando são debatidos no meio social podem ser descobertos e advindos de relatos pautados nos costumes individuais e no assentamento destas histórias.

Partindo do pressuposto de Mussi et al (2021, p. 65) : “O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção”. Esse fato corrobora no destaque da escrita, do registro e da observação como modelos científicos.

Quando fala-se em observação deve-se levar em conta os diversos fatores intrínsecos a esse método de abordagem:

Costumamos conferir à observação um grande valor enquanto forma de contactar e conhecer o mundo. Dentre todos os sentidos, a visão é, sem dúvida, aquela que destacamos enquanto revelador de um mundo “real”. Ela nos permite, ao que parece, partilhar uns com os outros um mundo “impessoal”, “objetivo” – um mundo que nosso corpo percebe mesmo à distância, e sobre o qual podemos construir um discurso relativamente preciso, criando conceitos passíveis de algum consenso a partir de evidências públicas.” (DITTRICH et al; 2009, p. 179).

O tipo de observação utilizado como método central foi o de observação do comportamento pautada na psicologia científica social:

O problema da observação dos fenômenos psicológicos acompanha a Psicologia em toda a sua história, e é decisivo para a definição das características das diferentes teorias nessa disciplina. Não se trata apenas de um problema relativo à observação dos eventos privados. Há mais de uma forma de observar também o comportamento público. Não existe uma observação “pura”, isenta de preconceitos, sobre qualquer objeto. Objetos são observados e descritos de diversas formas por espectadores diferentes, de acordo com suas experiências passadas e atuais (DITTRICH et al; 2009, p. 184).

No que diz respeito ao referencial teórico, busca-se esboçar o trajeto da história brasileira legislativa originária da pessoa idosa até chegar na formação dos grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que existem dentro dos espaços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para compreender isso, deve-se ter em mente o atual momento que se vive hoje ligado à relação do passado e como esse movimento está atrelado ao conceito de conjuntura:

A conjuntura caracteriza-se como um conjunto de acontecimentos encadeados, os quais explicam o processo histórico diretamente relacionado ao fato histórico. A permanência ou a mudança de uma conjuntura resulta do próprio processo histórico e a sua duração é dada pelo fenômeno estudado, pois ele é que determina o corte temporal e necessário. (CORSI; CAMARGO; SANTOS; 2015, p. 17).

Os instrumentos para coleta de dados foram anotações, registros no sistema Pitfall, discussões em reunião de equipe e conclusões obtidas através de reflexão dos dados. Foram realizadas algumas atividades com 7 grupos denominados: Grupo AT, Grupo CN, Grupo SLQ, Grupo SLT, Grupo JBM, Grupo AI e Grupo C. As referidas denominações dos grupos visam garantir os padrões éticos desse estudo, que tem por objetivo discutir e compreender o fenômeno analisado de forma independente ao local utilizado para o levantamento dos dados.

Após esse entrelaçamento da compreensão desta conjuntura por intermédio do referencial de documentos, parte-se então para uma análise e discussão de dados. Nesta proposta foi utilizado o método de observação onde foram assistidos os hábitos, a organização dos grupos, a quantidade de pessoas envolvidas e a frequência com que os participantes estavam presentes.

A soma das duas perspectivas fazem o arcabouço teórico metodológico do trabalho. No que diz respeito à análise e discussão de dados, montou-se então a partir de experiência empírica um quadro analítico dos dados obtidos, onde encontra-se o nome da atividade executada pelo profissional, o eixo trabalhado, o método e uma breve avaliação autoral do comportamento dos grupos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Na função de garantir qualidade científica ao trabalho e trazer embasamento, o referencial teórico contido nesta pesquisa busca elucidar, conscientizar e trazer questionamentos sobre o tema proposto na introdução. Para melhor esclarecimento dos assuntos tratados, houve a divisão do conteúdo em três fundamentos, que são eles: 3.1 A terceira idade e a Assistência Social, 3.2 A vida em grupos: benefícios, qualidade de vida e aspectos sociais intrínsecos e 3.3 O trabalho profissional técnico: perspectivas e desafios. Todos eles convergem entre si para descrever o percurso do trabalho social dentro de grupos de convivência e suas particularidades, levando em consideração as histórias de vida, a evolução dos direitos sociais e a atual conjuntura da pessoa idosa no Brasil.

3.1 A terceira idade e a Assistência Social

No transcorrer do tempo, as políticas sociais foram passando por evoluções gradativas com enfoque na dignidade da pessoa humana, na cidadania e nos valores da democracia. Para

compreender a relação entre os cidadãos idosos e a Assistência Social deve-se percorrer o caminho da história das leis brasileiras que mais trouxeram ótica para este tema. Em meados de 1988, a título de exemplo, iniciava-se um grande movimento baseado na cidadania que culminou com o advento da Constituição Federal. Por intermédio dela muitos avanços ocorreram no que tange à ampliação das liberdades civis e dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Alguns autores explicam este processo que se chama redemocratização:

[...] pode-se fixar a redemocratização como um processo que, embora tenha começado logo nos meses que se seguiram ao golpe militar de 1964, conheceu um ponto de inflexão específico, a partir do qual encorpou e começou a se espalhar, comendo progressivamente o campo do adversário. Vamos circunscrevê-lo ao período que vai de 1975 – ano dramatizado pela morte de Vladimir Herzog – a 1988, quando se tem a nova Constituição. (CHAUI; NOGUEIRA, 2007, p. 207).

É por esse norte, que a terceira idade brasileira conseguiu pela primeira vez ter uma lei amparadora e responsável por mudanças significativas na vida das pessoas, como apontado por Mendes (2005, p. 425): “até a atual Constituição não existia nenhum dispositivo tratando dos direitos dos idosos, já que esta era uma problemática desconsiderada pelos tecnocratas”. Sabendo disto, são dizeres do artigo 230 da Carta Magna: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Isso reforça o tríplice papel no salvo resguardo dos direitos desta população, que antes desta legislação encontravam-se em total desamparo de políticas públicas e sociais.

Quando se fala em direitos sociais, deve-se pensar nos impactos que essas políticas causam no cotidiano das pessoas. A perspectiva de vida era 62,5 anos em 1980 por exemplo, e até 2013, passou a ser 74,9 anos, conforme diz o IBGE. Esses dados fazem parte de uma pesquisa importante que demonstra a relação das décadas com o envelhecimento brasileiro, que segue um processo gradativo de aumento de expectativa de vida no decorrer dos anos. As leis protetivas acabam por proporcionar melhorias sociais, como relata Camacho et al. (2010, p. 280): “Portanto, quanto maior for o acesso aos bens e serviços da sociedade, maior será a qualidade de vida no processo de envelhecimento” e demonstram o quanto as pessoas dependem de fatores externos para terem comodidade e bem estar.

Seguindo o caminho trilhado pela constituição, pode-se traçar outros instrumentos responsáveis pela criação do alicerce legislativo protetor da pessoa idosa, entre eles temos a Lei da Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto da Pessoa Idosa de 2003. Respectivamente, a primeira citada foi a matriz iniciadora de uma protopolítica que originou o *modus operandi* da outra. Em seu Artigo 4º, ela coloca como diretriz “a priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;” (BRASIL, 1994), reforçando a prioridade como direito desses sujeitos; já a segunda legislação reforça os argumentos democráticos da constituição de maneira que consta em seu Artigo 9º : “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.” (BRASIL, 2003). Essas prerrogativas não aconteceram por acaso e foram fruto de muitas lutas e mobilizações. Em 2003 no Brasil foi exibida uma telenovela em rede nacional que dramatizava situações de maus tratos e violência contra os idosos. Através da comoção gerada, houve uma pressão social gigantesca de movimentos sociais para a aprovação deste dispositivo legislativo na época. Atualmente, completando 20 anos em outubro de 2023, o Estatuto da Pessoa Idosa marca uma quebra de paradigmas no que diz respeito ao etarismo e promove a cidadania do idoso instituindo organizadamente as leis de proteção, amparo e cuidado.

Com estes códigos estabelecidos, a Assistência Social já se formava enquanto política aliada do indivíduo idoso no cerne dos seus direitos, sendo ela uma das responsáveis pela coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do

Distrito Federal e municipais do idoso conforme diz o art. 5º da Política Nacional do Idoso (PNI). Para entender o objetivo desta política deve-se pensar em família como um dos tópicos principais

A Assistência Social como política de proteção social busca a garantia de direitos para todos e sem contribuição prévia à provisão dessa proteção. Desse modo, alguns pontos de vista diante da realidade do país são de grande relevância, tais como: uma visão social de proteção, a qual supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possíveis; uma visão capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo, e dele em sua família, são determinantes para sua proteção e autonomia (JESUS, 2017, p. 25).

Para haver a estruturação da assistência brasileira foi necessário romper com o viés conservador nas práticas de trabalho, o pensar no coletivo trazido pelas legislações em voga fizeram com que a criação da lei orgânica fosse baseada nesses princípios, e não só os idosos mas todos os que dela necessitarem foram beneficiados com esse fator. A visão de Pereira (2020, p. 1) relata um rompimento de padrões:

Para tanto, a Assistência Social passou a ser regida por Lei federal (Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), a qual conferiu-lhe características que a fizeram distanciar-se de práticas “assistencialistas” com que sempre foi identificada (PEREIRA, 2020, p. 1).

O teor de caridade, religiosidade e benevolência era o que permeava o trabalho de assistentes sociais e foi muito difícil desprender-se destes conceitos:

A consolidação da Assistência Social como política pública de Direito é terreno novo na trajetória brasileira. Por vários anos as questões sociais eram anuladas no Brasil ou atendidas pela filantropia. Porém, com a Constituição Cidadã, esse quadro foi dado à condição de política pública para a Assistência Social, elevando ela ao mesmo patamar de políticas sociais de seguridade social e também de saúde, o que compôs, assim, o que é chamado de tripé da seguridade social (CUNHA, 2021, p. 57).

A relação da pessoa idosa com a assistência muitas vezes foi relacionada com as questões de previdência, muitos seres humanos chegam nesta determinada idade e não conseguem ter meios próprios de sobrevivência e o mercado de trabalho é cada vez mais excludente para esses sujeitos. Outro elemento já previsto na constituição e formalizado pela lei orgânica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) busca preencher esta lacuna que afeta milhares de brasileiros e influencia no bem-estar dos cidadãos.

No Art. 2º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) fala-se sobre: “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;”. Isto denota o cuidado e o grande comprometimento oriundo da Política Nacional de Assistência para com a velhice. Ela foi pensada com base na proteção social, na prevenção de riscos sociais e vulnerabilidades provenientes das expressões da questão social.

Com a instauração destes mecanismos legais protetivos, com a realização de movimentos sociais e com consolidação da assistência social brasileira foi criada uma vasta rede de garantia de direitos para os indivíduos em velhice. Apesar dos pesares, sabe-se que existem desafios para o cumprimento destes direitos e as violações existem e precisam ser trabalhadas no aparato profissional e técnico. Um dos profissionais responsáveis por esse trabalho é o Assistente Social, que tem um papel fundamental dentro desse cenário, servindo como um elo entre a rede sociojurídica, a rede de saúde e a rede socioassistencial. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o mecanismo para a acolhida social de pessoas idosas e vulneráveis, em definição: “Esse sistema se organiza por meio de dois níveis de proteção social, sendo a proteção social básica a que tem caráter preventivo, de promoção e fortalecimento de vínculos, e a outra, a proteção social

especial, que atende às situações onde os vínculos já foram rompidos e os direitos violados” (CUNHA, 2021, p. 57).

Dentro do SUAS, existe um aparelho considerado como a porta de entrada do serviço:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tipifica seus serviços dentro da Proteção Social Básica, sendo orientados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oportunizando, assim, a convivência e a matricialidade da família. Nesse espaço, são ofertados os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (MANZINA, 2019, p. 13).

Os serviços de convivência são verdadeiros propulsores da qualidade de vida para os idosos, pois conforme o desenrolar do tempo a grande maioria deste público encara problemas como a solidão, o isolamento social e a falta de vínculos sólidos com seus familiares por diversos motivos. Pode-se destacar que esse trabalho social exercido nos SCFV possui diversas particularidades e complexidades pois ele age subjetivamente na vida das pessoas que participam dos grupos, trazendo à tona o sentimento de pertencimento, socialização, restauração de valores culturais e morais e familiaridade entre os usuários, sendo assim de suma importância dentro dos espaços sócio-ocupacionais da assistência.

3.2 A vida em grupos: benefícios, qualidade de vida e aspectos sociais intrínsecos

No decorrer do tempo, o mundo contemporâneo capitalista foi ganhando forma e assim houve um grande crescimento populacional que impulsionou as modificações sociais evidentes. Os idosos, como pessoas constituintes de direitos e cidadania, usufruíram desses processos sociais passando a ter mais expectativa de vida, qualidade relacional e oportunidades dentro da sociedade. Wichmann et al (2013, p. 822) explicam esse fenômeno: “Os dois processos, responsáveis pelo aumento da longevidade, foram resultado de políticas e de incentivos na área da saúde e de um grande processo tecnológico”. Conclui-se que a vida foi influenciada por diversos fatores que culminaram neste desenvolvimento, seja através do acesso aos bens de consumo, através da saúde ou do advento da tecnologia; o ser humano está vivendo mais e melhor.

Os grupos de idosos podem ser encontrados em diversos espaços, seja em associações, ONG's, comunidades e em esferas privadas. Essa oferta vem de uma demanda social reprimida que denota as necessidades e especificidades originárias da própria faixa etária que possuem, estas causas podem ser supridas por meio destes dispositivos. Tendo em base às políticas e os estudos vistos anteriormente, o poder público brasileiro através da assistência social resolveu tipificar um serviço denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Sendo um expressivo recurso ofertado dentro dos CRAS, rompendo com o caráter individual e partindo para o pensamento de atendimento coletivo, pode-se perceber no comentário de Souza (2016, p. 63) seu funcionamento e o que ele busca enfrentar : “este serviço é realizado em grupos, prevendo a reinserção no meio social dos idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade e que tem seus vínculos intrafamiliar ameaçados”.

Com o foco na família, as políticas sociais brasileiras buscam evitar situações de risco trazendo benefícios físicos e mentais, melhora da autonomia e autoestima. A vivência em grupo previne diversos tipos de situações de perigo social e a socialização é um mecanismo de poder nesses espaços. A melhora da saúde física é um dos proveitos evidentes destes encontros, os ganhos efetivos são percebidos por quem participa; pelo menos é o que diz um estudo da década passada que faz comparação entre a realidade sul americana e europeia:

Os idosos do Brasil referiram melhoria das condições de saúde (45,8%, n=120) e aumento da socialização (45%, n=118) como principais benefícios. Verifica-se que um dos motivos que os levaram a frequentar os grupos de convivência no Brasil é a melhoria da qualidade de vida, nos aspectos referentes à saúde, buscando aumentar o período de vida ativa,

prevenindo perdas funcionais e recuperando capacidades. Já os idosos da Espanha referiram a socialização (48,3%, n=127) como o fator de maior importância, seguido da melhora da saúde (25,2%, n=66). (WICHMANN et al, 2013, p. 827).

Entre esses métodos, a utilização de atividades lúdicas e também atividades físicas trazem inúmeros benefícios e são partes fundamentais da organização dos grupos. É o que diz o estudo realizado por Oliveira et al. (2010, p. 307), que acompanhou durante seis meses alguns grupos, chegando à conclusão de que: “os aspectos de limitação física, percepção de dor corporal, saúde geral, vitalidade, função social e limitação por aspectos emocionais tiveram seus escores mais elevados independentemente da frequência do exercício”, ressaltando o desenvolvimento de idosos mais saudáveis no decorrer da participação em grupos.

A oportunidade da existência de grupos de convivência desperta também sentimentos positivos entre seus usuários e oportuniza a formação de novos vínculos de familiaridade. Conforme relatam Gomes e Castro (2012, p. 236): “Com o desenvolvimento de atividades, os idosos compõem um novo ciclo de amizade e demonstram melhorias significativas em suas relações sociais.”. Muitas pessoas passam pela velhice com a maioria dos vínculos rompidos, devido a diversos fatores se encontram muitas vezes isolados socialmente necessitando deste serviço para um novo projeto de vida.

Muito se fala sobre a socialização, existem crenças de que ela é contínua durante o processo de vida. O padrão que se segue é o de desenvolvimento do nosso ser social conforme passa os anos, porém para Lago (2005, p. 21), “O que existe é uma continuidade da infância para a adolescência, juventude e idade adulta. Há, assim, uma descontinuidade cultural que se instala para a vida futura de um indivíduo idoso”. Portanto, pode-se evidenciar como outra vantagem a ressocialização e inclusão dessas pessoas que se encontram às vezes à margem do mundo social atual. Estar presente em grupos proporciona a sociabilidade, e ela estimula a criação de vínculos fraternais, trazendo consigo garantia de melhora na saúde mental:

As atividades mais comentadas e realizadas pelos idosos, do Brasil e da Espanha, são as relacionadas à sociabilidade, expressa no contato com os amigos. Essa forma de lazer é muito importante na medida em que reduz o estresse, a ansiedade e a depressão, assim como proporciona o desenvolvimento do espírito crítico das pessoas com 60 anos ou mais. (WICHMANN et al, 2013, p. 829).

Para Souza (2016, p. 67), “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas deve ser desenvolvido em grupos, e se constitui de encontros regulares, encontros mensais ou ao final do percurso, oficinas e atividades de convívio de livre participação”. Este conceito traz à tona o caráter nuclear do SCFV, pois a frequência nestes grupos é o gatilho principal para o acesso aos ganhos.

As experiências que ocorrem no cotidiano dos grupos são, muitas vezes, trabalhadas no foco em atitudes positivas e no enfrentamento do etarismo, sendo o processo de aceitação e reconhecimento da velhice como algo bom ainda é um desafio para os pertencentes. Para Silva et al (2013, p. 123) os grupos se mantêm “[...] funcionando como um recurso de enfrentamento que atenua a adversidade de fatores estressantes que, como consequência, possibilita um senso de ajustamento pessoal ou bem-estar psicológico positivo”.

Pode-se entender que diversos paradigmas são quebrados dentro do contexto grupal, pois cada indivíduo tem a sua vivência, e para cada história existem diversas nuances. Cada cidadão irá interpretar o viver em grupo à sua maneira, todavia as melhorias na qualidade de vida serão absorvidas no convívio diário independentemente.

Transcrevendo Gomes (1992, p. 96), a “Socialização, como vimos, refere-se ao processo de transformação do ser biológico em um ser social típico”. Com base nisso, traçando paralelos, consegue-se perceber que este processo não é imediato. Neste trajeto existem algumas dificuldades que as pessoas idosas podem enfrentar durante o socializar:

A queixa mais frequente dos idosos é a incapacidade de guardar e resgatar informações, relatado de forma comum como perda de memória. Esse comprometimento traz repercussões que podem ser desde às dificuldades nas atividades instrumentais de vida diária (AIVD's) até o convívio social, podendo levar o indivíduo ao isolamento e à depressão. (PINHEIRO, GOMES, 2014, p. 73).

Existe uma procura oriunda do público idoso por melhores condições de vida, que se complementa nas atividades grupais. Essa procura está pautada muitas vezes em descontração, união, socialização e convívio. A explicação por essa busca advém do isolamento social involuntário, pois as problemáticas relacionadas a falta de socialização resultam em:

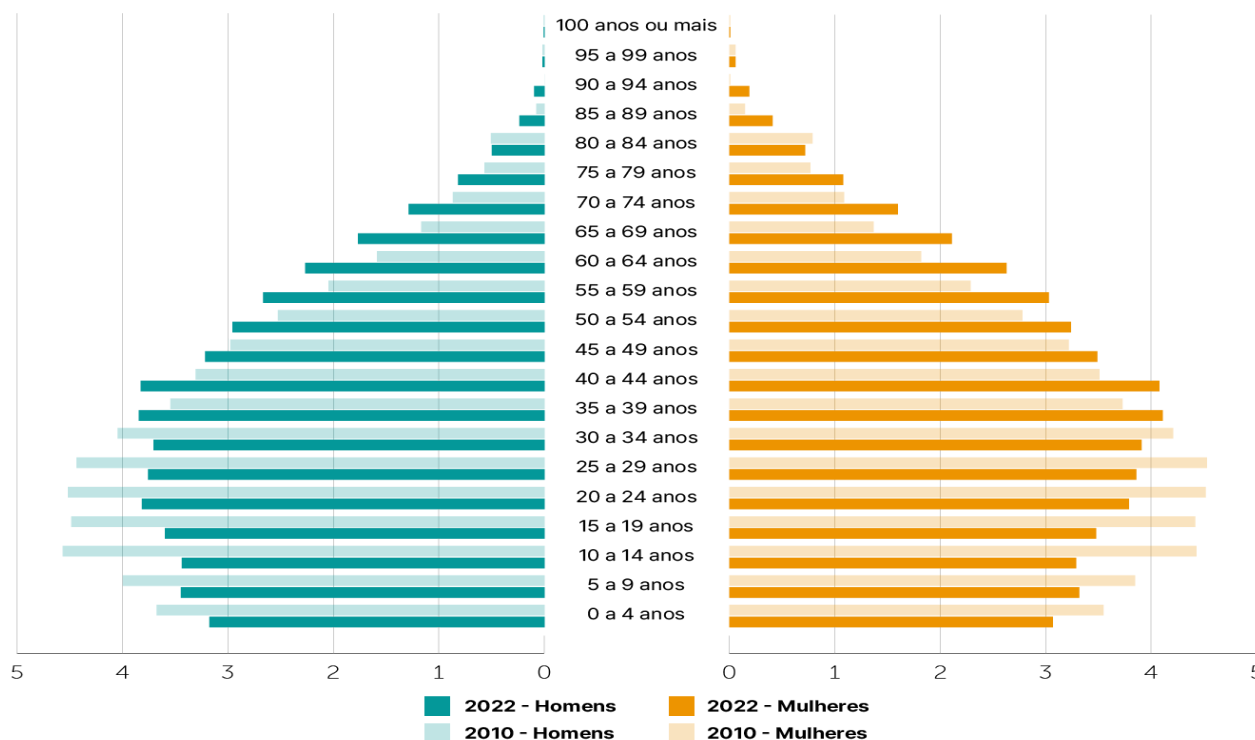
[...] maior risco por problemas de saúde, redução do bem-estar e aumento da mortalidade. Outros achados também podem ser considerados, tais como: prejuízo para saúde cognitiva e comprometimento da saúde mental; ampliação dos riscos para depressão e ansiedade; redução da atividade física diária e maior tempo sedentário; pior qualidade do sono; maior chance de desenvolver doenças cardiovasculares e sensação de vida insatisfatória. (BEZERRA et al, 2021, p.7).

A Figura 1, na sequência, apresenta algumas informações sobre dados da população brasileira divididos por gênero e idades:

Figura 1 - Porcentagem de população residente no Brasil

População residente no Brasil (%)

Segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



Fontes: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo; IBGE - Censo Demográfico 2010

Pela constatação do gráfico, consegue-se captar uma realidade: as mulheres, comparadas aos homens, são maioria na terceira idade (tanto nos dados de 2010 quanto nos de 2022) ocupando consequentemente mais espaço em programas e serviços públicos que atendem idosos, tornando-as, muitas vezes, a maioria nos grupos. Nesse sentido:

Embora o motivo para essa diferença não tenha sido pesquisado, possíveis justificativas podem se relacionar à persistência da viuvez entre as mulheres da terceira idade enquanto os homens tendem a assumir novos casamentos, e à resistência masculina em encontrar novas atividades após a aposentadoria e em engajar-se em atividades de cunho cultural, educacional e lúdico (BORGES et al, 2008, p. 2803).

O modo de trabalho do Assistente Social busca ampliar, promover e proporcionar o acesso de todos aos seus direitos, deste modo o gráfico evidencia uma problemática de gênero no que diz respeito à mortalidade de homens, sendo este um desafio profissional a ser enfrentado.

3.3 O trabalho profissional técnico: perspectivas e desafios.

Muito se discute sobre o funcionamento do trabalho técnico e profissional dentro dos espaços sociais, sejam eles de convivência ou de grupos específicos. Esta pesquisa investiga o debate sobre o processo sócio-ocupacional do assistente social, que perpassa as questões de grupo e se relaciona com as contrariedades envolvidas na construção do mundo atual. No que diz respeito ao trabalho social, é importante ressaltar o funcionamento multiprofissional deste processo, compreendendo que:

A equipe do SCFV, por sua vez, é constituída por um técnico de nível superior do CRAS - que poderá ser o assistente social ou o psicólogo ou, ainda, outro profissional que integre esta equipe, conforme a Resolução CNAS nº 17/2011; e por orientador(es) social(is) ou educador(es) social(is), conforme a descrição apresentada na Resolução CNAS nº 9/2015 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017, p. 56).

Na perspectiva de acompanhamento, os profissionais de nível superior responsáveis são o canal de acesso dos usuários aos benefícios, programas e serviços do SUAS. Esses especialistas são habilitados transversalmente numa formação social crítica que proporciona a modificação e entendimento das diversas subjetividades do indivíduo inserido. O Assistente Social através do vasto seu instrumental técnico consegue aferir a realidade, seja por meio de entrevistas ou por exemplo mediante visita domiciliar que, segundo Amaral (2012, p. 39), é “[...] imprescindível para o conhecimento da realidade social dos usuários a fim de planejar as ações a serem desenvolvidas nesse espaço, com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos.”. Todo o trabalho técnico é orientado por normativas oriundas da formação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que originou a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). De acordo com o que é previsto na PNAS do ano de 2004 e implementado em : “A NOB-RH/SUAS (2006) traz consigo a composição da equipe técnica para atuação e efetivação da Política Nacional de Assistência Social a fim de alcançar os objetivos ali propostos e facilitar a gestão do trabalho no âmbito do SUAS.” (AMARAL, 2012, p. 28).

Para haver maior êxito no trabalho, a concepção do ato profissional deve ser encarada com base na territorialidade e no progresso do plano do município, por intermédio disto é permitido uma melhor avaliação dos recursos e do público ao qual se trabalha:

O Plano Municipal de Assistência Social é uma ferramenta obrigatória de gestão da política de assistência social nas três esferas de governo. Sua construção está prevista na LOAS, PNAS (2004) e NOB/SUAS (2005). São elementos constituintes do Plano: Realização de estudos e diagnóstico da realidade; Mapeamento e identificação de cobertura da rede prestadora de serviços; Definição de objetivos; Estabelecimento de diretrizes e prioridades; Determinação de metas e previsão de custos; Previsão de fontes de financiamento (recursos municipais, estaduais e federais); 42 Estabelecimento das ações de monitoramento e avaliação (BRASIL, 2009, p. 15).

O Serviço social segundo Iamamoto (2014, p. 610) está progredindo desde a década de 1980, o qual, segundo a autora, se caracteriza como “[...] uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais”. Como prerrogativa, esse conceito ensina que os cidadãos

inseridos nesta linha de pensamento são refêns de uma relação trabalhador *versus* trabalho que os rege. A mesma disserta que existe uma bifurcação pois “[...] essa orientação é distinta da prioridade do mercado, tão cara aos liberais.” Iamamoto (2014, p. 610) reforça que o Serviço Social antagôniza as relações comerciais de produção vigentes.

A realidade grupal vista hoje nos centros de convivência foi progredindo devido à evolução da assistência. No mesmo período mencionado anteriormente, no Brasil houve uma ruptura com práticas atreladas à igreja e ao conservadorismo, conforme relata Raichelis (2010, p. 754), ao constatar que apesar deste avanço “[...] assiste-se ao agravamento da questão social e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades com os quais o Serviço Social trabalha”. A escritora ressalta também que o processo de trabalho baseia-se “[...] na luta pela reprodução social em suas múltiplas dimensões materiais, subjetivas, relacionais, espirituais” (2010, p. 754).

Os desafios que se encontram no fazer profissional são inerentes ao modelo de sistema capitalista em vigor, que muitas vezes entra em conflito com as ideias do trabalhador social introduzido no ambiente do SUAS. O Assistente Social luta contra a transformação das relações em produto:

A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o tardo-capitalismo, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia) (NETTO, 2012, p. 419).

Elencando os principais desafios, permite-se pensar em formas de manter o trabalho social efetivo dentro deste sistema, que coíbe muitas vezes a atuação plena de assistentes sociais. Tendo isto em voga, uma forma de enfrentamento seria:

[...] avançar na luta coletiva a partir de uma multiplicidade de espaços que possam forjar sujeitos coletivos capazes de fortalecer os espaços de enfrentamento e resistência diante das diferentes formas de o capital subjugar o trabalho vivo a seus interesses particularistas de acumulação e centralização crescentes (RAICHELIS, 2010, p. 435).

Os processos de contradição se manifestam evidentemente na vida profissional dos trabalhadores da assistência, de forma que impedem as suas autodeterminações:

Para complicar ainda mais o exercício da autonomia profissional, não se pode esquecer outra injunção da atual política social brasileira que é o aumento significativo da participação das entidades de cunho privado e filantrópico na prestação de serviços sociais, financiadas pelo Estado. Isso expõe os profissionais a operarem em lógicas bastante contraditórias. Ao mesmo tempo em que se colocam diretrizes, guias e parâmetros, emanados a partir da “garantia de direitos sociais” pautada pelo Estado, as referidas entidades buscam também atender às respectivas lógicas que sustentam a sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais. Ou, tendem a um forte apego a documentos e legislações emanados do Estado, consoantes ao projeto profissional. Isso tanto obscurece o caráter contraditório, imanente ao campo da política social, como dificulta o rompimento da relação mimética entre a profissão e a política social, tornando mais distante as possibilidades de exercício de uma possível autonomia. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 67).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O seguinte relato descreve a experiência obtida no período de 07 de fevereiro de 2023 a 20 de novembro de 2023, com base na convivência ativa em grupos de idosos no cargo ocupado pelo autor enquanto Orientador Social, onde foram promovidas atividades lúdicas pautadas em eixos e temas da cartilha do SCFV idosos. Com a luz ao tema obtém-se a divulgação do conhecimento, tornando esse estudo uma ferramenta útil em um cenário onde se busca a modificação de mazelas sociais, uma vez que “[...] todo saber, popular ou científico, tem por finalidade a formação dos

sujeitos que constituem os grupos sociais nas comunidades e na própria sociedade humana ” (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018, p. 6)

4.1 Acompanhamento

No que diz respeito ao acompanhamento, o objeto de estudo do relato de experiência foram 7 grupos de idosos situados em um município da região do litoral norte do Rio Grande do Sul. Todos os grupos possuem os nomes dos bairros e territórios aos quais se encontram e fazem parte do serviço complementar ao Cras, inseridos dentro da Política de Assistência.

Conforme descreve Mora e Veras (2017, p. 26), existe uma necessidade de cuidado e acompanhamento da população idosa e também das crianças, ambas em processo de fragilidades sociais e dos meios onde estão inseridos. O pensamento pautado nisso disserta sobre os espaços e seus papéis, ou seja: “equipamentos coletivos, como creches e centros de convivências, podem ampliar as possibilidades de suporte e acompanhamento, as abordagens intergeracionais de cuidado, e alargar padrões de integração social.” Mora e Veras (2017, p. 26).

O autor Moraes (2009) aplicou o método que serviu de inspiração para este relato. O trabalhar durante o acompanhamento utilizou das mesmas prerrogativas, nas palavras dos escritores:

A metodologia foi baseada no uso de recursos lúdicos, que facilitavam a expressão de sentimentos e pensamentos emergentes dos idosos, através de estratégias que proporcionavam reflexão, mas foi percebida a importância de essas atividades também terem caráter de diversão e alegria. Dentre os recursos usados, estavam: dramatizações, vídeos, músicas, pinturas, desenho, colagens, danças circulares, canto e oficinas temáticas. (MORAIS, 2009, p. 853).

Articulando sobre o funcionamento dos grupos acompanhados, é necessário compreender que as decisões são formadas por uma equipe composta de coordenador, profissionais de nível superior e técnico e demais trabalhadores. A organização se dava da seguinte forma: as atividades grupais eram divididas entre dois orientadores e uma professora de Educação Física, sendo assim os meses eram divididos em semanas, onde cada profissional tinha uma semana do mês selecionada como a sua principal. A quarta semana do mês geralmente era utilizada como livre, proporcionando a opção de jogos e temáticas voltadas ao entretenimento.

O calendário apesar de ter esse padrão se modifica conforme iam surgindo passeios, eventos e festas. As semanas eram divididas em: segunda-feira: Grupo AT na parte da tarde; terça- feira: Grupo JBM de manhã e Grupo SLT à tarde; quarta-feira: Grupo C no matutino e Grupo AI na parte da tarde ; quinta-feira: Grupo SLQ ao entardecer e por fim Grupo CN na sexta-feira no turno da tarde. Como é evidenciado, existem turnos livres que servem como momentos de planejamento, reuniões de equipe e registro de informações no sistema de internet.

A equipe possui um setor dentro do CRAS e com exceção do local onde está situado, ela atende se locomovendo pelos bairros, por meio de veículos cedidos pela secretaria municipal de assistência, onde cada idoso espera no horário marcado nos espaços das associações de bairro pactuadas com o município ou no Cras de referência.

4.2 Atividades

A proposta, no que diz respeito às atividades, volta-se a trabalhar os temas pertinentes à faixa etária do grupo, baseando-se no que está proposto nas normas técnicas e na cartilha SCFV Idoso disponibilizada pelo governo federal. Anteriormente à formação desta equipe, não existiam orientadores sociais e havia um outro modelo de aplicação das atividades que era fundamentado em padrões artesanais e de exercícios, onde também o técnico de referência participava da responsabilidade pelas atividades em detrimento de seus outros afazeres (o que vai contra a regulamentação do serviço). Independente do modelo constituído, é unânime que: “As atividades em grupo têm mostrado mudanças no comportamento dos idosos, principalmente, no círculo

de amizade, que é ampliado, contribuindo assim, para romper situações de solidão” (BITTAR; LIMA, 2012, p.109).

Os espaços sócio ocupacionais dos grupos são ambientes harmônicos em algumas associações. As que ficam acopladas ao CRAS possuem ar condicionado, cadeiras bem conservadas, piso reformado e estrutura moderna. No que diz respeito à associação que atende o Grupo JBM existem problemas estruturais graves e de organização de limpeza. Isso acontece também de maneira mais discreta com o salão do Grupo AT (ambos lugares são independentes do sistema público, são cedidos e compartilhados com a população que realiza eventos nos locais). Segue como representação das atividades e dos locais uma imagem contendo as informações de um grupo:

Figura 2 - Imagem de um grupo durante o fim das atividades



Fonte: capturado pelo autor (2023).

As atividades dos orientadores são fundamentadas nos eixos e competências do SCFV com o foco em gatilhos recreativos mas que abordam temas profundos:

“O lúdico permite ao idoso desenvolver suas funções psíquicas, muitas vezes deterioradas, desde o ato da percepção até o da linguagem. As atividades lúdicas podem reduzir os fatores estressores, minimizando a ansiedade e a angústia presentes no cotidiano, uma vez que, nesse espaço, a expressão de sentimentos e a comunicação são favorecidas por meio da formação de grupos.(GUIMARÃES et al, 2017 , p. 446).

Todas as atividades dos orientadores são criadas em reuniões de equipe com o objetivo de se trabalhar questões pertinentes. Segue abaixo, o Quadro 1, criado pelo autor com as principais atividades desenvolvidas pelo referido durante seu período como responsável pela semana de atividade:

Quadro 1 -Análise e discussão de dados de observação.

Nome da Atividade	Eixo trabalhado	Objetivos e Justificativa	Método de aplicação	Avaliação	Grupos
Flores de Agradecimento	Trabalhando o eixo "Eu comigo" e a competência: responsabilidade.	Impulsionar nos idosos a expressão de pensamentos positivos e de gratidão em relação a vida. Construindo assim, um ambiente de harmonia e bom convívio no grupo.	O profissional utiliza de power point e projetor para palestrar sobre os conceitos de gratidão e sobre sua importância. Do meio para o final é formado um ambiente de reflexão com música e meditação, oportunizando assim agradecer em pensamento pelas coisas boas que aconteceram durante suas vidas. Na segunda etapa foram distribuídos ramos de flores e papéis com motivos para agradecer, objetivando-se que cada um emitisse palavras de agradecimento pelo tema proposto. No final é montado um arranjo de flores contendo todos os temas de agradecimento dentro de uma garrafa juntamente das flores que foram distribuídas inicialmente.	Os grupos se demonstraram participativos e sensíveis emocionalmente; houve o exercício mental de volta ao passado. No grupo JBM houve um momento de choro por parte de uma idosa que relatou suas experiências, o mesmo aconteceu com o grupo SLT e SLQ. O grupo de CN mostrou-se agradecido pela oportunidade de abraçar e emitir palavras positivas para os membros do grupo. A reação foi parecida comparando cada grupo.	JBM, SLT, C, AI, SLQ e CN.
O poder do autoconhecimento na convivência entre idosos: Conto Peixe Peixoto e dinâmica do Entrevistador e o Entrevistado.	Utilizando os temas do eixo "eu comigo" e "eu com o outro"	Promover o autoconhecimento e também a comunicação entre os usuários do serviço. Fazendo uso de instrumentos de aproximação e de reflexão sobre o tema.	O profissional inicia conceituando o que é autoconhecimento buscando trazer reflexão sobre o tema. O orientador utiliza de elementos visuais para contar uma história (Peixe Peixoto) sendo eles: uma estrutura de papelão encapada, desenhada e com figuras móveis e uma imagem em papel foto. A cada mudança de cenário ocorre a mudança de trilha sonora. No final é contada a lição de moral da história e inicia-se a segunda parte: dinâmica do Entrevistador e o Entrevistado. Na dinâmica é distribuído papéis com a numeração 1 e 2 dividido em dois grupos onde quem pegou o número 1 entrevista e o 2 é entrevistado. É distribuído também um papel com 42 sugestões de perguntas.	O que pode-se observar é que houve alguns momentos de profunda emoção ao terminar de contar a história proposta. Grupos como SLT e SLQ se mostraram mais tocados. A reação neutra ficou com os grupos do distrito da cidade: AT, JBM e CN. O grupo AI demonstrou dificuldades em entender a história e função por trás da dinâmica.	AT, JBM, SLT, C, AI, SLQ e CN.
Palestra: A importância da amizade na terceira idade + Dinâmica musical " Ser Idoso é massa"	Temas esses que fazem parte da cartilha do SCFV. Competência: sociabilidade. Eixo: "eu com os outros".	Trabalhar a conscientização dos idosos a respeito da importância da socialização e da amizade na terceira idade.	O orientador começa introduzindo conceitos sobre a importância da amizade e seus benefícios para a saúde dos idosos, em seguida fala-se sobre o que é socialização e por que ela é tão importante dentro do contexto. Após isso foram exibidos dois vídeos que falam a respeito do tema. Sendo eles: o vídeo de uma psicanalista chamada Sylvia Loeb; e uma reportagem sobre grupos de idosos da Rede	Através da atividade, os idosos do AI, SLT e SLQ se mostraram empolgados e bastante participativos. Houveram muitos momentos de alegria em todos os grupos. O grupo CN teve uma reação não tão positiva durante a execução da palestra. Quando se iniciou a	AT, JBM, SLT, C, AI, SLQ e CN.

			Record. Ao final, o orientador canta uma música que ele compôs para o grupo enquanto eles batem palmas sincronizadamente. Logo após começa então a dinâmica; que funciona da seguinte forma: é formado um círculo onde os idosos batem palmas ao som da música enquanto um cachorro de pelúcia(símbolo da amizade) vai passando de mão em mão. Quando o orientador para a música, a pessoa que ficou com o cachorro tem de se levantar e pegar um papel que está numa caixa ao centro do círculo. A pessoa que pegou terá de ler e fazer o comando que ali está descrito promovendo assim a socialização entre todos.	dinâmica houveram momentos de muita descontração onde os usuários se divertiram com a oportunidade de socialização por meio de prendas e ordem de comando engraçadas.	
Palestra 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa: avanços e desafios + Atividade autorretrato "Como eu me identifico neste cenário ?"	Trabalhando o Eixo: Eu com a cidade; competência: Direitos e Deveres.	Permitir que temas como esse sejam trabalhados dentro do grupo para que haja informação e difusão de conhecimento sobre os direitos e deveres.	O orientador começa exibindo um vídeo que mostra cenas da novela "Mulheres Apaixonadas" exibida em 2003 pela Globo, onde é possível ver cenas de maus tratos contra idosos. Após o final do vídeo é passado através do PowerPoint um slide que fala sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e sobre os desafios e avanços já alcançados neste 20 anos. Após a palestra e após a fala do Orientador parte-se então para a atividade onde os idosos devem desenhar a si mesmo a lápis e pintar com tinta os seus desenhos. Mostrando assim como se identificam.	O grupo AT mostrou-se ativo durante a palestra, alguns usuários colocaram suas opiniões acerca da falta de acesso a direitos incluindo seus sentimentos de revolta. O mesmo aconteceu nos grupos SLT, SLQ e no grupo C. O grupo mais ouvinte e menos falante foi o do JBM, pois não houveram debates profundos sobre o tema.	AT, JBM, SLT, C, AI, SLQ e CN.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

4.3 Percepções obtidas

Com o passar do tempo, pela observação realizada, notou-se que cada grupo possui sua identidade própria, que é determinada por diversas variantes, seja pelo território onde vivem, pelos aspectos culturais ou por suas experiências individuais. Nota-se que os grupos provenientes do distrito do município (região afastada do centro porém desenvolvida) como C, AT e CN possuem costumes parecidos, que abarcam desde as vestimentas até o estilo de vida, que é em sua maioria regido por mais acesso a bens de consumo e oportunidades. Constata-se essa similaridade pela grande quantidade de carros visíveis no estacionamento de todos eles, por exemplo, pela forma como desenvolvem suas conversações, pela falta de usuários prioritários (que são mais vulneráveis socialmente falando) nesses grupos conforme o critério do município. Identifica-se que esses grupos possuem indivíduos com maior poder aquisitivo. Existem semelhanças também no que diz respeito a viagens com custo que são organizadas pelos próprios, acontecendo somente nestes grupos.

Grupos como: AI, SLT e SLQ são grupos antagônicos aos primeiramente citados, pois possuem idosos com mais problemas sociais e de saúde, onde a maioria vem a pé para o local ou de bicicleta e grande parte possui restrições quanto a interações sociais. Os dois bairros onde aplicam-se os grupos são conhecidos como socialmente fragilizados. Observa-se também, que alguns idosos dos grupos SLT e SLQ tem necessidade de receber alimentos de um programa

municipal e isso ocorre com algumas pessoas do AI também. Nestes grupos nota-se que há um aumento da quantidade de lanches consumidos, o que denota problemas mais profundos relacionados à fome. O grupo JBM se posiciona no centro disto tudo, mesclando características dos dois referenciais citados porém de forma mais neutra. A análise parte do pressuposto de generalização, destacando o que mais se evidencia nos grupos. Apesar disto todos frequentantes são pessoas idosas que possuem sua subjetividade que ultrapassa a identidade de grupo, todos são reféns de um sistema regente, como aponta Mendes et al (2005, p. 424), “O modelo capitalista fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social.”.

Muito se discute entre a equipe de trabalho sobre a dicotomia das realidades, sobre a desigualdade das velhices e sobre como existem pessoas em situações de risco enquanto outras estão em posição de privilégio. Distingue-se através da observação do comportamento dos grupos que existem fatores sociais, biológicos, psicológicos e socioeconômicos que influenciam nas experiências, nas dificuldades e facilidades enfrentadas pelos cidadãos idosos, e isso se perpetua durante todo o percurso de vida dos mesmos:

“[...] a longevidade é fruto das condições de vida no passado e das perspectivas de viver bem no presente e no futuro. Tais possibilidades se confirmam nas estruturas processuais encontradas nas trajetórias dos longevos, pelo trabalho que sempre realizaram, no modo de agir, no exercício da pluralidade por meio da participação e da convivência, intrínsecas à condição humana. Além disso, a cultura familiar representa o elo entre o passado e o presente, na construção da longevidade no curso de vida.” (WILLIG; LENARDT; CALDAS, 2015, p. 703).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social desenvolvido discorre sobre a relevância do trabalho social, seus aspectos principais e sua pertinência inserida nos contextos individuais e coletivos, tendo como consequência a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos da terceira idade. Assistentes sociais, psicólogos e orientadores são ferramentas de modificação de realidades e através do embasamento técnico e teórico destes profissionais as atividades podem ser pensadas não somente com o objetivo de trazer lazer mas também proporcionar inúmeras bases de enfrentamento de problemas diários e principais dificuldades dos sujeitos.

O contato adquirido e a forma de convívio em grupos é fundamental para manter pessoas em velhice completamente ativas, com vigor em saúde e se sentindo parte de algo funcional na sociedade. Os grupos são meios de progredir um relevante estudo sobre a evolução do indivíduo idoso, seu autoconhecimento, a descoberta de novas amizades e projeções de novos sonhos. Várias são as possibilidades dentro desses espaços e cada ser humano inserido pode ter suas experiências subjetivas, levando em consideração que a realidade social do usuário diz muito sobre como ele irá interagir e reagir a experiência de grupo. Os fatores socioeconômicos são determinantes na maneira como a terceira idade irá encarar suas mazelas e como irão vivenciar a prática grupal, isso é o que demonstra esse estudo.

Alguns idosos muitas vezes lidam diariamente com a tristeza, preocupações com o futuro e com as relações sociais do passado, falta de perspectiva e principalmente com o ato de estar em estado de solidão frequente. O isolamento social na vida dessas pessoas ocorre involuntariamente e por diversas causas; o desamparo e a falta de acesso à direitos são recorrências de um risco social vindouro dessa faixa de idade.

Felizmente existem ações do governo brasileiro voltadas para essa população, e os direitos dos idosos traçou seu caminho até a criação do Estatuto da pessoa idosa trazendo luz para um código democrático de direitos. Muito foi conquistado através de lutas e movimentos sociais, a existência do SCFV é um caminho de superação de dificuldades e realização de cidadania. Existem muitos desafios, preconceitos e falta de políticas públicas enérgicas voltadas ao idoso, porém muito

tem se avançado nesta área nos últimos 40 anos, e é pensando nisto que devemos nos conscientizar da importância dessas ferramentas sociais e seus múltiplos aspectos.

REFERÊNCIAS:

- AMARAL, Jucleia Velasque. **Grupo de convivência de idosos: desafios do assistente social na inclusão social desse segmento**. 2012. p.97. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2012.
- BEZERRA, P. A.; NUNES, J. W.; MOURA, L. B. DE A.. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE02661, 2021.
- BITTAR, C.; LIMA, L. C. V. de. O impacto das atividades em grupo como estratégia de promoção da saúde na senescência. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 101–118, 2012. DOI: 10.23925/2176-901X.2011v14i3p101-118. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/10053>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BORGES, P. L. DE C. E. et al.. Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 12, p. 2798–2808, dez. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Lei nº 1074/2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília: MDS.
- BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social Lei n. 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994.
- BRASIL. **Orientações Técnicas/Centro de Referência da Assistência social**. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas - Orientações Técnicas**. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS – CNAS, 2009.
- CAMACHO, A. C. L. F.; COELHO, M. J.. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 2, p. 279–284, mar. 2010.
- CARMEN GUIMARÃES, A.; DOS SANTOS DUTRA, N.; LUZIANE DE SOUSA SILVA, G.; VIEIRA-SILVA, M.; D'LOUAR COSTA MAIA, B. Atividades grupais com idosos institucionalizados: exercícios físicos funcionais e lúdicos em ação transdisciplinar. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 443–452, 2017. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1758. Acesso em: 29 nov. 2023.
- CARVALHO, Yara Maria Vieira de. **Desafios para a prestação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos de acordo com a Política de Assistência**

Social. 2017. 98 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni; SANTOS, Agnaldo dos. (Orgs.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 15-24.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018.

Disponível

em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/12/a-produo-do-conhecimento-na-construo-do-saber-sociocultural-e-cientfico>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CHAUÍ M, NOGUEIRA MA. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 173-228, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>

CUNHA, Augusto César Soares da. **A proteção social à pessoa idosa no âmbito da assistência social: o caso da Secretaria de Desenvolvimento Social Regional Muriaé, MG**. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

DITTRICH, A. et al.. Sobre a observação enquanto procedimento metodológico na análise do comportamento: positivismo lógico, operacionismo e behaviorismo radical. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 179–187, abr. 2009.

EFEITOS DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO IDOSO COM ALTERAÇÃO DO COGNITIVO LEVE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 71–77, 2014. DOI: [10.17267/2238-2704rpf.v4i1.369](https://doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v4i1.369). Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/369>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ESTATUTO DO IDOSO: LEI FEDERAL Nº 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

FREITAS E. V.; PY, L.; CANÇADO F. A. X. C.; GORZONI M. L.; DOLL J. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª. Edição. Grupo Editorial Nacional (GEN), 2016.

GOMES NETO, M.; CASTRO, M. F. DE . Estudo comparativo da independência funcional e qualidade de vida entre idosos ativos e sedentários. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 18, n. 4, p. 234–237, jul. 2012.

GOMES, J. V. Família e socialização . **Psicologia USP**, [S. l.], v. 3, n. 1-2, p. 93-105, 1992. DOI: 10.1590/S1678-51771992000100010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34462>. Acesso em: 27 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tábuas Completas de Mortalidade** . Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 608–639, out. 2014.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

JESUS, Isabela Thaís Machado de. **Fragilidade de idosos em contexto de vulnerabilidade social**. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9203>.

LAGO, Leandra Paula. **The socialization of aging and the collective corporal movement**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAZINA, Mônica Tavares. **Acessibilidade e mobilidade de pessoa idosa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Pelotas: alguns olhares**. 2019. 97 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

MENDES, M. R. S. S. B. et al.. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 422–426, out. 2005.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/novo-perguntas-frequentes-do-servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (2006). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília: MDS.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R.. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, v. 16, n. spe, p. 61–71, 2013.

MORAIS, O. N. P. DE .. Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 846–855, 2009.

MOURA, M. M. D. DE .; VERAS, R. P.. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 19–39, jan. 2017.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 29 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. C. DE . et al.. Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física - uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 13, n. 2, p. 301–312, maio 2010.

PAULO NETTO, J.. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413–429, jul. 2012.

PEREIRA Potyara A.P. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A PESSOA IDOSA**. Academia.edu, 2006. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf

SILVA, L. C. C.; FARIAS, L. M. B.; OLIVEIRA, T. S. de; RABELO, D. F. Atitude de idosos em relação à velhice e bem-estar psicológico. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 15, n. 2, p.

119–140, 2013. DOI: 10.23925/2176-901X.2012v15i2p119-140. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13798>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUZA, Renata França Baião. **Breve reflexão sobre a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Scfv) na vida dos idosos do grupo melhor Idade do Município de Maragogipe/Ba**. 101 p. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016

RAICHELIS, R.. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 750–772, out. 2010.

TORRES, M. M.; SANTOS SÁ, M. A. Ávila dos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2008. DOI: 10.32813/2179-1120.2008.v1.n2.a203. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/203>. Acesso em: 18 nov. 2023.

WICHMANN, F. M. A. et al.. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821–832, out. 2013.

WILLIG, M. H.; LENARDT, M. H.; CALDAS, C. P.. A longevidade segundo histórias de vida de idosos longevos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 4, p. 697–704, jul. 2015.